

Velloso: Desenvolvimento deve ter apoio estatal

CORREIO BRAZILIENSE

O ex-ministro do Planejamento dos governos Costa e Silva e Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, entende que o estágio de desenvolvimento econômico brasileiro não pode prescindir da atuação do Estado como planejador: "Precisamos de uma ótica de médio prazo, que não é uma sucessão de curtos prazos, mas uma visão diferente", afirmou.

Falando na última quinta-feira, para um plenário praticamente vazio, o ex-ministro argumentou para os constituintes membros da Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia que planejar não significa colocar a economia numa camisa-de-força. Disse que o Brasil necessita que o Governo faça um esforço de planejamento na formulação de uma estratégia para um período correspondente ao mandato presidencial. Para Reis Velloso, esse planejamento garante a definição das prioridades e ao mesmo tempo dos recursos para efetivar tais prioridades.

O ex-ministro fez questão de ressaltar que planejamento não se faz no vácuo. Explicou que o Brasil tem suas próprias características: "Um país que chegou arde à condição de industrializado, tendo que conviver com a base subdesenvolvida nos aspectos social, político e na sua dimensão rural".



Reis Velloso cobra uma ótica de médio prazo

Embora reconhecendo a necessidade de o Brasil ainda adotar uma legislação protecionista para defender as indústrias nascentes, e intervencionista para fortalecer a iniciativa privada, o ex-ministro defendeu que esses mecanismos devem ser substituídos gradativamente por outros que consolidem o poder de competição, interna e externamente. Sustentou também que na medida em que o empresariado privado se capitalize e se fortaleça tecnologicamente, o Estado deve reduzir sua participação na forma de subsídios ou apoio especial, co-

mo créditos a juros baixos.

Sobre a intervenção oficial na economia, Velloso defendeu que o Estado não pode aumentar essa intervenção na economia, abrindo espaço para a iniciativa privada, com exceção dos monopólios e das empresas como Eletrobrás, e CVRD. Ele declarou também que está na hora de proceder-se à revisão da parafernália de organismos pesados de proteção a produtos ou de apoio a setores que remonta a um Brasil que deixou de existir, remultiplicação de empresas estatais nos últimos anos.